**Relação entre LGPD e governança municipal é apresentada no Conexidades em Guarujá**

O Painel do 5º Conexidades com tema “Como a LGPD se aplica à administração pública” contou com a participação do Ministro do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes, da Advogada Especialista em LGPD, Renata Vilimovic, do Consultor de Inovação para Prefeituras do Instituto Inova Cidades, Rogério Alessi e do Consultor Jurídico da Uvesp, Willians Kester.

Abriu o painel a Advogada Especialista em LGPD, Renata Vilimovic, comentando que o dia de debates está tocando nas grandes feridas atuais da gestão pública, que são a Nova Lei das Licitações e a Lei Geral de Proteção de Dados.

Em seguida, o Consultor de Inovação para Prefeituras do Instituto Inova Cidades, Rogério Alessi, ressaltou a importância do trabalho do Ministro Nardes na melhoria da governança das instituições públicas.

Sobre a LGPD, Alessi afirmou que: “é uma lei ousada, moderna, contemporânea, que visa proteger um dos produtos, serviços, instrumentos, ou commodities do mundo, que é a informação, os dados de todos nós”.

O consultor também disse que, na medida que as instituições públicas ou privadas promovem ações que conseguem melhorar o nível de proteção desses dados, automaticamente todas as pessoas são beneficiadas.

“O poder público é um coletor de dados, pois precisa deles para executar suas ações, portanto é importante que esteja adequado, que esteja em conformidade”, explicou.

**Governança de dados**

O Ministro do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes, afirmou que é preciso encontrar soluções para a nação brasileira e a governança é uma das saídas.

“O grande problema do Brasil é a falta de projeto de nação, de Estado. Nós temos que montar um projeto para a nação brasileira”.

Além disso, anunciou em primeira mão os números que serão revelados apenas na próxima semana para o Brasil de como se pode montar um projeto para a nação brasileiro baseado em leis, normas e técnicas.

Segundo os dados, das 400 instituições auditadas, 68% não têm governança ou é inexpressiva, 225 delas estão em fase inicial e somente 11 delas estão em estado aprimorado.

Discorreu também sobre a implementação de um Tribunal mais preventivo do que punitivo: “não adianta trabalhar apenas na zona de conforto. Se eu puder fazer a prevenção é muito melhor para a sociedade”.

O Ministro do TCU explicou que a governança pública organizacional é a aplicação de práticas de liderança, de estratégia e de controle que permitem aos mandatários de uma organização pública e às partes nela interessadas, avaliar sua situação e demandas, direcionar a sua atuação e monitorar o seu funcionamento.

Também diferenciou governança e gestão: segundo ele, enquanto a primeira é avaliar, dirigir e monitorar, a segunda é planejar, executar e controlar. “A governança é ter uma visão macro de tudo que acontece na nação”.

Falou como a governança pode aprimorar a entrega de resultados para a sociedade. “Não adianta eu querer falar de LGPD se eu não tenho a governança. Se eu não tenho boa governança, eu não tenho proteção de dados”.

Na Lei Geral de Proteção de Dados, o consentimento do titular dos dados é considerado elemento essencial para utilizar os dados. Nardes apresentou alguns dos objetivos da LGPD, como proteger os direitos fundamentais da liberdade e privacidade.

Traçou o caminho de como pode montar as normas de governança no município: redigir normas de governança, replicar as boas práticas, adotar medidas de governanças de segurança, elaborar planos de contingencia e resolver incidentes com agilidade e com aviso imediato sobre a violação da lei.

Implantar a governança para estabelecer o desenvolvimento. “Sem uma transversalidade de Estado e município, não funciona. Sem governança não entrega resultado”.

Ao final, deixou à disposição dos vereadores a cartilha de LGPD com manual de boas práticas para implantar em cada município.

O 5º Conexidades tem realização da UVESP – União dos Vereadores do Estado de São Paulo, organização Multiplicidades e Conexão Municipalista, patrocínio Associação Brasileira das Empresas Aéreas, São Paulo Convention Bureau, Sebrae, OM30, Potenza Engenharia, Qualcomm, Sabesp e Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo; e apoio Desenvolve SP – O banco do Empreendedor, Detran SP – Digital e Governo do Estado de São Paulo.